

Luís Eulálio prevê nova fase de crescimento

SÃO PAULO — As novas diretrizes econômicas do Governo, apresentadas ao Congresso Nacional na quarta-feira passada, pelo Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, está despertando reações contraditórias. O economista Luiz Gonzaga Beluzzo, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por exemplo, afirma que não há nada de novo no plano proposta pelo Governo, que segue basicamente as linhas traçadas pela administração anterior. Mas o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, acredita que agora é possível compatibilizar o combate à inflação e o desenvolvimento econômico.

Na opinião de Belluzzo, a diretriz anunciada pelo Ministro da Fazenda "é de corte tradicional" e as políticas de austeridade "não darão bons resultados porque a situação econômica hoje, requer, alterações mais profundas e não apenas medidas marginais".

— Somente uma renegociação da dívida externa em outras bases, que

não obrigue o País a superávits comerciais absurdos, possibilitará um mínimo de ajuste à economia — observa Belluzzo, acrescentando que a atual política de desvalorizações cambiais constantes, para se atingir o superávit, é altamente inflacionária.

Para o Presidente do Conselho Regional de Economia, José Carlos Braga, a recessão está embutida no pronunciamento do Ministro da Fazenda. Em sua opinião, o controle da expansão monetária — fixada por Dornelles em 150 por cento neste ano — pressionará as taxas de juros. A tese de Braga é de que a política econômica deveria "ser mais flexível para possibilitar a reativação dos negócios".

— Esse controle da expansão da base monetária e mais o corte indiscriminado dos gastos das estatais — diz Braga — trarão um impacto altamente recessivo.

Alguns empresários discordam das posições destes economistas. É o caso, por exemplo, do Presidente da Fiesp, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, que viu no pronunciamento de

Dornelles a compatibilização entre a política de combate à inflação e a retomada do crescimento econômico. Na opinião de Luís Eulálio, o controle da inflação será conseguido com os cortes nas despesas públicas, enquanto a recuperação da economia será sustentada exatamente com a expansão de 150 por cento na base monetária, que representa uma emissão de moeda da ordem de Cr\$ 22,5 trilhões.

— Esse dado — destaca o Presidente da Fiesp — garantirá o mínimo de crescimento. Portanto, não há um caráter recessivo no pronunciamento do Ministro.

Quem também defende uma redução efetiva do déficit público é o Presidente da Associação de Exportadores Brasileiros (AEB), Laerte Setúbal Filho. Além disso, Setúbal considera que o pronunciamento do Ministro da Fazenda "retirou os exportadores do estado de perplexidade em que se encontravam desde o fim de 1984, com a extinção dos incentivos fiscais".

— O Ministro deixou claro o apoio governamental às exportações, o

que é fundamental para a retomada dos negócios com o exterior — ressalta o Presidente da AEB.

Para outro economista, Gilson Schwartz, — da Fundação Getúlio Vargas — a julgar pelas declarações do Ministro Dornelles, "o estilo de política econômica deste Governo, é o mesmo dos anteriores". Ele justificou sua opinião afirmando que as autoridades não aceitam discutir o modelo de política econômica, e que apenas levam ao debate "medidas de curto prazo". Na opinião de Schwartz, é preciso retomar o desenvolvimento interno.

— Programas como educação, habitação e saúde não geram divisas para o pagamento da dívida externa, mas são essenciais à sobrevivência da população. As alternativas apresentadas por Dornelles são medidas casuísticas, de fôlego curto e autofágicas. A filosofia desse Governo é manter o juro alto, o que é incompatível com o desenvolvimento interno. Enquanto o juro não for reduzido, a inflação não cai — observa o economista.